



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
- SEMARH-PI
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES - SEMARH-PI

Av. Odilon Araújo, 1035 - Bairro Cristo Rei, Teresina/PI, CEP 64017-280
Telefone: - <http://www.semarh.pi.gov.br>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº: 0023838196/2026/SEMARH-PI/GAB/SGE/DPLC/GLIC
TERESINA/PI, 29 DE ABRIL DE 2026.

PROCESSO Nº: 00130.000157/2026-05

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de empresa para aquisição de medicamentos (uso humano e veterinário) e insumos hospitalares e veterinários destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/PI, especialmente no âmbito das atividades desenvolvidas pelos Castramóveis e pelo Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS.

1.2. Buscou-se identificar e analisar os cenários para atendimento da demanda contida no Documento de Oficialização da Demanda – DOD nº 2/2026 (ID 0021942371), bem como demonstrar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da solução eleita, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, consubstanciando documento essencial da etapa preparatória da contratação pretendida.

1.3. Registra-se que o presente Estudo Técnico Preliminar foi revisto parcialmente, após reavaliação da solução inicialmente proposta quanto ao critério de julgamento por item, concluindo-se pela maior vantajosidade da adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote e por item, em razão da quantidade, diversidade e natureza dos itens pretendidos, bem como da necessidade de agrupamento por afinidade técnica e mercadológica, com a previsão de formação de lotes homogêneos e itens avulsos, visando maior eficiência administrativa e competitividade do certame.

1.4. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021. A aplicabilidade da Lei de Licitações e Contratos Administrativos demanda regulamentações de dispositivos essenciais ao encadeamento do processo de contratação, notadamente na fase preparatória (estudo técnico preliminar, pesquisa de preços, termo de referência) e na fase de seleção do fornecedor (realização de disputa mediante dispensa eletrônica ou licitação nas mais diversas modalidades).

1.5. Os normativos que disciplinam Decreto Estadual nº 21.872, de 07 de Março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 no âmbito do Estado do Piauí, na Instrução Normativa SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação

de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital e Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

1.6. Este documento constitui a primeira etapa do procedimento de aquisição de medicamentos e insumos veterinários para a garantia da continuidade das atividades da Administração Pública Estadual, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência e seus Anexos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O Estado possui papel fundamental na promoção de políticas públicas voltadas à proteção animal e à preservação ambiental, cabendo à Administração Pública assegurar os meios necessários para execução dessas atividades.

2.2. A condução de um processo visando à futura aquisição de medicamentos (uso humano e veterinário) e insumos hospitalares e veterinários é justificada pelo interesse público refletido na necessidade de fornecimento desses insumos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/PI, um órgão da administração pública.

2.3. Esses insumos têm o potencial de aprimorar a eficácia das intervenções relacionadas às políticas públicas de proteção animal. Assim, é imprescindível que sua provisão seja respaldada por uma política que garanta o acesso aos referidos insumos, assegurando critérios de segurança, eficácia, qualidade e minimização dos custos associados.

2.4. A obtenção dos medicamentos (uso humano e veterinário) e insumos hospitalares e veterinários para proporcionar assistência adequada em conformidade com os protocolos técnicos aplicáveis às atividades dos castramáveis e do Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS é uma medida essencial.

2.5. Os medicamentos e insumos são elementos críticos de suporte para as atividades desenvolvidas, cuja escassez pode resultar em interrupções recorrentes nos atendimentos, comprometendo a qualidade dos serviços e das políticas públicas executadas.

2.6. Nesse contexto, a crescente demanda por atendimentos veterinários impõe à SEMARH a responsabilidade de garantir o acesso contínuo e adequado a esses insumos, evitando riscos à saúde animal e impactos negativos à saúde pública.

2.7. É importante ressaltar que muitos desses insumos são indispensáveis para procedimentos cirúrgicos, atendimentos clínicos e manejo sanitário, sendo sua ausência capaz de comprometer seriamente os resultados das ações desenvolvidas.

2.8. Portanto, a aquisição regular de medicamentos e insumos veterinários torna-se essencial e imprescindível para garantir a eficácia das atividades institucionais e o bem-estar dos animais atendidos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Visando atender a demanda necessária à contratação, por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Registro de Preços), de empresa para fornecimento de medicamentos e insumos veterinários, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

3.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, após a emissão da Ordem de Fornecimento pela SEMARH, que especificará a contratada, o prazo e local de entrega, bem como a relação dos itens, quantidades e valores pactuados.

3.1.2. Não será admitida a entrega pela contratada, de qualquer produto, sem a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela SEMARH.

3.1.3. Os medicamentos e insumos deverão ser entregues na sede da SEMARH-PI,

situada na Av. Odilon Araújo, nº 1035, bairro Cristo Rei, Teresina/PI, CEP 64017-280, ou em outro endereço especificado na respectiva Ordem de Fornecimento. O prazo para entrega, salvo motivo justificado, não poderá exceder **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da referida ordem.

3.1.4. O produto deverá estar acondicionado em suas embalagens primárias, em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo: marca, procedência, número do lote, quantidade, data de validade, denominação genérica da substância ativa e respectiva concentração por unidade posológica.

3.1.5. Os produtos a serem entregues deverão ter no mínimo **12 (doze) meses** da data de validade, salvo os produtos que tiverem o prazo de validade total inferior a um ano, neste caso na entrega os mesmos deverão ter no mínimo 70% do prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

3.1.6. A contratada deverá informar ao contratante, em no máximo **24 (vinte e quatro)** horas após recebimento da Ordem de Fornecimento, sobre qualquer motivo que impossibilite assumir as obrigações decorrentes deste Termo de Referência.

3.1.7. Prazos de Entrega e Garantia: Os prazos de entrega serão detalhados na respectiva Ordem de Fornecimento, não devendo ultrapassar 20 (vinte) dias corridos após a sua emissão. O prazo de garantia é a aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.2. **Requisitos para apresentação das propostas**

3.2.1. A proposta deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o FÁRMACO conforme Denominação Comum Brasileira (DCB), a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado, o número do registro expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e/ou Ministério da Saúde – MS.

3.2.2. Só serão aceitos produtos que contenham as mesmas especificações daquelas solicitadas no Edital.

3.2.3. Não serão aceitas propostas de fornecimento de medicamentos provenientes de farmácias e drogarias, com base no Acórdão TCU nº 1146/2011.

3.2.4. Os licitantes deverão observar o preço máximo (PF ou PMVG) nos termos da Resolução nº 4/2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED / Anvisa), e alterações que regulam a lista dos medicamentos vendidos ao governo que estão sujeitos ao desconto mínimo obrigatório.

3.2.5. O licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar os registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, quando exigida pela Administração, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

3.2.6. Estando o registro vencido, o contratado deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

3.2.7. O Registro do Produto revalidado automaticamente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e/ou Ministério da Saúde - MS deverá ser ratificado por meio da apresentação da publicação do ato em D.O.U., em conformidade com a Lei nº 6.360/76, Art. 12.

3.2.8. No caso de medicamentos de notificação simplificada, constantes na RDC ANVISA nº 199/2006, deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como a cópia do rótulo, a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertado, em conformidade com as Leis nº 5.991/73, nº 6.360/76, nº 9.782/99 e demais normas aplicáveis.

3.2.9. Os números de Registros/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

3.3. **Duração Inicial do Contrato:**

3.3.1. A duração da vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme art. 107, da Lei nº 14.133/21.

3.4. **Sustentabilidade:**

3.4.1. As contratações decorrentes deste Registro de Preços devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União** ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações da contratada e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

3.4.2. Em consonância com o **art. 1º da Instrução Normativa nº 1 (SLTI/MPOG)**, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, foram inseridos nas especificações técnicas do objeto do presente Termo de Referência os critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte de matérias-primas.

3.4.3. Nos termos inciso XI do **art. 7º da Lei nº 12.305/2010**, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre que possível e, no que couber, deve ser dada prioridade nas aquisições e contratações governamentais aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

3.4.4. O(a) licitante vencedor(a), para o fornecimento dos bens/serviços objeto do presente Termo de Referência, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 5º da **Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01**, a saber:

3.4.4.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

3.4.4.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.4.4.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

3.4.4.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restricti onof Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.5. Modelo de Execução do Objeto:

3.5.1. Do local, prazo e condições de entrega:

- a) O fornecimento do objeto será parcelado, após a emissão da Ordem de Fornecimento pela SEMARH-PI, que especificará a contratada, o prazo e local de entrega, bem como a relação dos itens, quantidades e valores pactuados.
- b) Não será admitida a entrega pela contratada, de qualquer produto, sem a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela SEMARH-PI.
- c) Os medicamentos e insumos deverão ser entregues na sede da SEMARH-PI, situada na Av. Odilon Araújo, nº 1035, bairro Cristo Rei, Teresina/PI, CEP 64017-280, ou em outro endereço especificado na respectiva Ordem de Fornecimento. O prazo para entrega, salvo motivo justificado, não poderá exceder **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da referida ordem.
- d) O produto deverá estar acondicionado em suas embalagens primárias, em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo: marca, procedência, número do lote, quantidade, data de validade, denominação genérica da substância ativa e respectiva concentração por unidade posológica.
- e) Os produtos a serem entregues **deverão ter no mínimo 12 (doze) meses da data de validade**, salvo os produtos que tiverem o prazo de validade total inferior a um ano, neste caso na entrega os mesmos deverão ter no mínimo **70% do prazo total de validade recomendado pelo fabricante**.
- f) A contratada deverá informar ao contratante, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após recebimento da Ordem de Fornecimento, sobre qualquer motivo que impossibilite assumir as obrigações decorrentes deste Termo de Referência.
- g) Prazos de Entrega e Garantia: Os prazos de entrega serão detalhados na respectiva Ordem de Fornecimento, não devendo ultrapassar **20 (vinte) dias após a sua emissão**.
- h) O prazo de garantia é a aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5.2. Do recebimento

3.5.3. Os medicamentos e insumos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal a ser instituído por Portaria da SEMARH, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, em conformidade com os artigos 7º, 117 e 140, II, a, da Lei Federal nº 14.133/202.

3.5.4. Na impossibilidade do fiscal de contrato realizar o recebimento provisório dos produtos no ato da entrega, estes deverão ser recebidos por agente público da SEMARH, caso em que o referido fiscal, salvo justificativa fundamentada, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega para efetuar o recebimento provisório.

3.5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.5.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição

do atendimento das exigências contratuais.

3.5.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.5.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, **não será computado** para os fins do recebimento definitivo.

3.5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.5.11. **Da garantia, manutenção e assistência técnica**

3.5.11.1. O prazo de garantia será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5.12. **Subcontratação:**

3.5.12.1. Dada a natureza e especificação do objeto, entende-se adequada a impossibilidade de subcontratação (art. 122, *caput* e § 2º da Lei nº 14.133/2021).

3.6. **Requisitos de habilitação técnica:**

3.6.1. Considerando que o objeto contratual exige determinado nível de expertise técnica, reputa-se adequada a exigência de requisitos de habilitação técnica do potencial fornecedor, conforme segue:

a) Atestados de Capacidade Técnica: A SEMARH, poderá exigir atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que comprovem a realização de fornecimentos similares em quantidade e qualidade, para o licitante vencedor, conforme condições a serem estabelecidas no edital.

Critérios de aferição:

- A exigência de atestado visa garantir que a contratada possua estrutura logística compatível com o fornecimento de itens de alto giro, de modo a evitar a descontinuidade dos procedimentos.
- O licitante deverá comprovar capacidade técnica específica para cada lote que pretenda disputar.
- Será admitida a soma de diferentes atestados de capacidade técnica para fins de comprovação, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com o objeto licitado e evidenciem a aptidão da licitante para o desempenho das atividades pertinentes.
- Para fins de comprovação, os atestados de capacidade técnica apresentados deverão estar em papel timbrado e conter identificação do emitente contendo CNPJ, endereço completo com número de telefone. Em seu conteúdo deverá conter nome completo e assinatura e identificação do cargo. Acompanhado de ata de registro de preços ou contrato com as respectivas notas fiscais emitidas. A falta de alguns destes elementos não acarretará a desconsideração automática do atestado desde que o conjunto de informações nele presentes ou em seu contrato, sejam suficientes para atestar sua veracidade, autenticidade e legalidade do atestado de

capacidade técnica apresentado.

- b) Autorização de funcionamento expedida pelo Órgão a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do postulante, e conformidade com as Leis nº 6.360/76 e demais instrumentos.
- c) Autorização funcionamento especial, quando necessário, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em conformidade com as Leis nº 6.360/76 e demais legislações aplicáveis.
- d) Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do postulante, em conformidade com as Leis; nº 5.991/73, nº 6.360/76, nº 6.437/77 e demais legislações aplicáveis.
- e) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior (publicação em Diário Oficial do Estado ou Município) acompanhada do protocolo de revalidação (cópia autenticada em cartório), desde que o mesmo tenha sido requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do presente exercício, em conformidade com a Lei 5.991/73 , Art. 25, parágrafo único; Decreto n.º 74.170/74, Art. 22, §2º.
- f) Certidão da Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, em conformidade com as Leis nº 5.991/73, nº 6.360/76, nº 6.437/77, Resolução Conselho Federal de Farmácia - CFF nº 579/2013 e demais normas aplicáveis.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

4.1. O principal objetivo desse elemento do ETP (estudo técnico preliminar) é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda. É por esse motivo que a Equipe de Planejamento da Contratação deve construir uma relação de critérios para possibilitar a comparação entre as diferentes soluções do ponto de vista qualitativo e econômico, realizando as seguintes ações: identificação das diferentes alternativas para solução da demanda, descrição das características funcionais e técnicas que compõem um possível cenário para sua implementação e operacionalização, incluindo os componentes e recursos necessários, sejam eles materiais, tecnológicos, financeiros, humanos, avaliação das alternativas identificadas em termos dos benefícios proporcionados, identificação das vantagens e das desvantagens de cada alternativa, descartando as inexecutáveis ou inviáveis.

4.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

4.3. Para a contratação em tela, foram realizadas pesquisas através de sítios eletrônicos, analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades, e através de pesquisa de mercado, com o objetivo de identificar soluções que melhor atendam às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí;

4.4. Compatibilidade com o Mercado

4.4.1. O levantamento de mercado realizado teve por finalidade verificar a compatibilidade do objeto pretendido com as soluções disponíveis no mercado, bem como

confirmar a existência de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas para os medicamentos e insumos veterinários destinados aos Castramóveis e ao Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS/SEMARH.

4.4.2. Os principais pontos observados foram:

- Os medicamentos e insumos hospitalares e veterinários requisitados (anestésicos, analgésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, soluções injetáveis, materiais de assepsia, fios cirúrgicos e demais insumos hospitalares) são amplamente comercializados no mercado nacional;
- Há oferta regular e contínua por fabricantes, distribuidores hospitalares e fornecedores especializados no segmento veterinário e hospitalar;
- Os produtos possuem padronização técnica quanto a princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, esterilidade e apresentação, permitindo especificação objetiva no edital, o que reforça o caráter competitivo do mercado.

4.5. Metodologia do Levantamento

4.5.1. Para verificar a disponibilidade de mercado dos medicamentos e insumos necessários ao atendimento das ações desenvolvidas pela SEMARH/PI, após a consolidação das especificações técnicas, foram adotadas as seguintes frentes de levantamento:

- Solicitação de cotações diretamente a fornecedores do ramo hospitalar e veterinário;
- Pesquisa em bases oficiais de preços da Administração Pública, incluindo banco de preços públicos, com o objetivo de identificar contratações similares e parâmetros praticados no mercado;
- Pesquisa em sítios eletrônicos especializados e junto a distribuidores com atuação consolidada no segmento hospitalar e veterinário, visando confirmar a ampla disponibilidade dos produtos e a diversidade de marcas e fabricantes.

4.5.2. O histórico de aquisições similares pela Administração Pública demonstra a plena capacidade do mercado fornecedor em atender, de forma regular e satisfatória, demandas de fornecimento de medicamentos e insumos veterinários, não se verificando restrições relevantes de oferta ou limitações técnicas.

4.5.3. Ressalte-se que, pela natureza padronizada do objeto, não há grau de complexidade que exija solução tecnológica diferenciada, sendo o mercado amplamente estruturado e competitivo.

4.6. Pesquisa de Preços

4.6.1. A pesquisa de mercado foi realizada **concomitantemente à elaboração do Estudo Técnico Preliminar**, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante :

- coleta de orçamentos junto a fornecedores habilitados;
- consulta a banco de preços públicos;
- análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- pesquisa complementar em sítios eletrônicos.

4.6.2. Os valores obtidos foram consolidados em mapa de preços constante dos autos (0023927221; 0023927262), refletindo os preços praticados no mercado à época da apuração.

4.6.3. Adotou-se, na presente pesquisa de preços, metodologia de tratamento dos valores coletados com base no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU,

segundo o qual a análise da exequibilidade e da compatibilidade dos preços deve considerar os próprios dados obtidos na pesquisa, mediante ordenação numérica e exclusão dos valores que destoam significativamente dos demais.

4.6.4. Para a definição do preço estimado, procedeu-se ao saneamento da amostra com base em métodos estatísticos descritivos, conforme autoriza o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 6º, § 2º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 (aplicada subsidiariamente no âmbito estadual). Foram desconsiderados os valores destacados em vermelho no mapa de precificação por se tratarem de *outliers* (preços excessivamente elevados ou manifestamente inexequíveis), situando-se fora do intervalo estabelecido pelo limite superior (média + desvio padrão) e limite inferior (média – desvio padrão).

4.6.5. A exclusão desses valores visa reduzir o coeficiente de variação (CV) da amostra, buscando atingir a homogeneidade necessária para a validade do preço de referência, mantendo o CV abaixo do limite de 25%, de modo a garantir uma média saneada que reflita fielmente os valores de mercado e evite distorções no orçamento estimado.

4.6.6. Nesse sentido, procedeu-se à análise crítica dos preços coletados, com vistas à identificação e desconsideração de valores inexequíveis ou excessivamente elevados, utilizando-se como referência parâmetros amplamente aceitos na Administração Pública.

4.6.7. Conforme o § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Embora tal critério se aplique à fase de julgamento das propostas, entende-se possível sua utilização por analogia na etapa de pesquisa de preços, diante da ausência de regulamentação específica para outros objetos.

4.6.8. Assim, para fins desta pesquisa, foram considerados inexequíveis os valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) da média dos demais preços válidos. De forma análoga, para identificação de preços excessivamente elevados, adotou-se como referência o limite superior de 25% (vinte e cinco por cento) acima da média dos demais preços, sendo tais valores desconsiderados para fins de formação do preço estimado.

4.7. **Quadro de soluções de mercado e escolha da solução**

4.7.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado e da relação custo-benefício associada às variáveis técnicas dos produtos, padrões sanitários, condições de fornecimento e práticas usuais de contratação pela Administração Pública, concluiu-se que a aquisição por meio de procedimento licitatório constitui a solução mais vantajosa para atendimento da demanda identificada.

4.7.2. Verificou-se que o mercado fornecedor de medicamentos e insumos veterinários, considerados fabricantes, distribuidores e revendedores autorizados, não apresenta restrições relevantes, revelando-se competitivo, com ampla oferta de produtos equivalentes e compatíveis com as especificações técnicas pretendidas.

Nº da Solução	Descrição	Nome da Solução	Apresentação da Solução
01	Aquisição de medicamentos e insumos	Compra de bens de consumo	Realização de procedimento licitatório para aquisição de medicamentos (uso humano e veterinário) e insumos destinados aos Castramóveis e ao CETAS, como material de consumo de uso contínuo, indispensável à execução das atividades institucionais.

4.8. Como há um grande número de fabricantes, importadores, distribuidores e empresas no mercado nacional que comercializam os itens a serem licitados e, devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, tendo em vista que os produtos a serem adquiridos apresentam características comuns do mercado, cujos padrões de

desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital.

4.9. Deve-se ressaltar que a impossibilidade tanto de previsão exata dos quantitativo do objeto a ser adquirido quanto do número de parcelas necessárias ao cumprimento da execução, impede a aquisição de quantia certa e determinada, tornando-se necessária a utilização do Sistema de Registro de Preços, para que se garanta qualidade dos produtos ofertados e manutenção dos preços, pelo período de 12 (doze) meses.

4.10. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, pois possibilita maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo aquisições conforme a necessidade efetiva, promovendo eficiência administrativa, controle do gasto público e mitigação do risco de desabastecimento.

4.11. Portanto, com base no referido levantamento, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado, a qual a licitação ocorrerá na modalidade Pregão, na forma Eletrônica

4.11.1. Além disso, é importante destacar que o sistema de aquisição por preços registrados **não obriga à Administração contratar todo o quantitativo registrado**, e, caso mostre-se necessário, essas aquisições **poderão se dar de forma parcelada**, observando-se critérios de conveniência e oportunidade. Dessa forma, **o quantitativo fixado na ARP não será revertido, necessariamente, em custos adicionais para a Administração, mas tão somente serão adquiridos à medida que forem demandados por cada unidade.**

4.11.2. Dessa forma, **sugere-se a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços.**

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A partir deste Estudo Técnico Preliminar tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade, a qualidade técnica da solução, o impacto ambiental e social decidiu pela adoção da SOLUÇÃO para o atendimento da necessidade identificada, mediante à **aquisição de medicamentos** e insumos veterinários para atender as demandas da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMARH-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Classifica-se a natureza do objeto a ser contratado como bem comum, para a qual se aplica o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021. Desse modo, fica definida como forma de seleção do fornecedor **licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço por lote e por item, aplicável aos lotes formados por itens correlatos e, individualmente, aos itens avulsos.** O objeto da presente solicitação trata-se de bem comum, haja vista que se refere a bens cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no edital, mediante especificações usuais de mercado.

5.3. A contratação ora pretendida será feita mediante Sistema de Registro de Preços, utilizando a modalidade Pregão Eletrônico, tipo **menor preço por lote e por item**. Para a determinação dos preços de referência, buscaram-se preços de mercado, de forma a alcançar valores compatíveis com a realidade mercadológica. O Sistema de Registro de Preços permite que a Administração adquira os produtos à medida que for necessário, respeitando-se os limites orçamentários e as demandas efetivamente verificadas.

5.4. **Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas**, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, baixa complexidade e ampla disponibilidade no mercado, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte, que detêm condições técnicas, operacionais e econômico-financeiras suficientes para a execução do objeto, não sendo

necessária a conjugação de capacidades empresariais, não implicando em qualquer limitação à competitividade.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

6.1. A quantidade da contratação foi estimada pela **Gerência de Fauna e Proteção Animal - GFP/DFPA/SMA/SEMARH-PI**, sendo previsto, ainda, um quantitativo de reserva para atender à ampliação da demanda, conforme detalhado e justificado no documento de ID 0021958394, páginas 6 e 7 .

6.2. O referido acréscimo justifica-se pela ampliação das ações da política pública, com a realização de cirurgias em todos os dias úteis da semana, de segunda a sexta-feira, bem como pela perspectiva de aquisição de um segundo veículo para castração, possibilitando alcançar a capacidade de até 200 (duzentas) castrações/dia. Dessa forma, a estimativa de consumo passa a considerar uma demanda aproximada de 817 (oitocentas e dezessete) castrações/mês e 9.800 (nove mil e oitocentas) castrações/ano.

6.3. No que se refere ao Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, observa-se crescimento na demanda de atendimentos, tendo sido registrados 253 (duzentos e cinquenta e três) animais em 2024 e 361 (trezentos e sessenta e um) animais em 2025. Com a reativação do CETAS/SEMARH, aliada à reforma da estrutura física e à suspensão do recebimento de animais pelo CETAS/IBAMA, projeta-se um incremento de 50% na quantidade de animais atendidos, resultando em uma estimativa de aproximadamente 541 (quinhentos e quarenta e um) animais para o ano de 2026.

6.4. Assim, o acréscimo de 50% no quantitativo considera não apenas a ampliação da capacidade operacional, mas também o aumento da demanda decorrente da centralização dos atendimentos na estrutura da SEMARH/PI.

6.5. As especificações e quantitativos foram consolidados no Despacho de Revisão Técnica nº 21/2026 (0022226029).

6.6. **A relação individualizada de itens e quantitativos apresentada neste tópico visa demonstrar a dimensão da necessidade administrativa, cabendo ao Termo de Referência consolidar a organização definitiva do objeto em lotes homogêneos e itens avulsos, para fins de disputa e adjudicação.**

Detalhamento do Item	Unidade de medida	Quantidade
Ácido Tranexâmico 50mg/mL - ampola 5ml, uso adulto e pediátrico	ampola	8000
Água para injeção (intravenoso) - flaconete 10ml, uso adulto e pediátrico.	flaconete	1600
Anestésico Dissociativo: cloridrato de Cetamina 10% (100mg/ml), uso veterinário. Apresentação: frasco de 50 ml	frasco	110
Anestésico Local Cada 100 mL contém: Lidocaína (cloridrato) 2,060 g Bitartarato de Epinefrina 1,001 mg Uso veterinário. Apresentação: Frasco com 50 ml	frasco	12
Antibacteriano pomada. Cada bisnaga de 50 g contém:Penicilina G benzatina 1.250.000 UI Penicilina G procaína 1.250.000 Didroestreptomicina (sulfato) 1,25 Ureia 2,50 g Excipiente q.s.p 50 g Uso veterinário.Apresentação: bisnaga (50 g)	bisnaga	24

Antibacteriano, Anti-inflamatório Esteroidal Spray. Cada 100 mL contém: Terramicina (cloridrato de oxitetraciclina) 6,8 gHidrocortisona 2,0 g Veículo. q.s.p. 100,0 mLUso veterinário.Apresentação: Frasco de 125 ml	Frasco spray	36
Antibacteriano: Enrofloxacino 10,0 gVeículo q.s.p. 100,0 mL Uso veterinário.Apresentação: Frasco de 10 ml	frasco	24
Anti-inflamatório Esteroidal Injetável- Cada 100 mL contém: Dexametasona 200 mg Uso veterinário.Apresentação frasco-ampola (10 mL)	frasco-ampola	24
Antitóxico, solução injetável – 20ml Uso veterinário. Apresentação: Frasco com 20 ml	frasco	12
Associação de antibióticos em suspensão injetável pronta para uso (PPU), composta por uma associação de antibióticos do grupo das penicilinas com estreptomicina, potencializada por um anti-inflamatório não esteroidal (AINE), uso veterinário. Cada 100 mL contém: Benzilpenicilina G Procaína 10.000.000 U.I. BenzilpenicilinaG Benzatina 10.000.000 U.I.Sulfato de Dihidroestreptomicina 10.500,00 mg Piroxicam 1.000 mg Veículo q.s.p. 100 mLApresentação: Frasco de 50ml	frasco	98
Ceftriaxona (IV) 1000mg, sem diluente - ampola de 20ml, uso adulto e pediátrico.	ampola	612
Cianocobalamina 20.000 mcg Veículo q.s.p. 5,0 mL injetável Uso veterinário. Apresentação: frasco de 20ml	ampola	12
Clorexidina degermante 2% Apresentação: Frasco com 1L	litro	142
Cloridrato de Metadona 10mg/mL - ampola de 1mL, uso adulto e pediátrico.	ampola	1650
Cloridrato de Tramadol (40mg/ml), uso veterinário. Apresentação: Frasco de 10ml	frasco	12
Colagenase 0,6 U/g, pomada, uso adulto e pediátrico. Apresentação: Bisnaga com 50g	bisnaga	24
Diazepam 5 mg/ml - ampolas de 2ml, uso adulto e pediátrico.	ampola	3000
Dipirona 50,0 g Veículo q.s.p 100,0 ML uso veterinário. Apresentação: frasco de 50ml	frasco	12
Dipirona 500mg/ml - ampolas de 2mL, uso adulto e pediátrico.	ampola	2000
Endectoparasiticida Composição: Ivermectina 1.0 g Solventes q.s.p.100mL Uso veterinário. Apresentação : Frasco com 50ml	frasco	12
Enrofloxacino 5 g Veículo q.s.p. 100,0 mL Uso veterinário. Apresentação: Frasco de 20ml com dosador	frasco	12
Larvicida, Cicatrizante e Repelente. Cada 100 g do produto contém: Permetrina - 0,5 g Butóxido de Piperonila - 3,5 g Óxido de Zinco - 20 g Veículo q.s.p. - 100 g Uso veterinário. Apresentação: Pote de 250g	pote	24
Lidocaína 2% (20mg/mL) injetável sem vasoconstritor - frasco de 20ml	frasco	1100
Medicamento Antisséptico: Cada 100 g contém: Clorexidina (Digluconato) 0,7 g Uso veterinário. Apresentação: Pomada/Bisnaga 20 g	bisnaga	12

<p>Medicamento Neurológico: Cloridrato de tiamina (vitamina B1) 100 mg Cloridrato de piridoxina (vitamina B6) 100 mg Excipientes: álcool benzílico hidróxido de sódio água para injetáveis Ampola II (2 mL) Cianocobalamina (vitamina B12) 5.000 mcg Fosfato de dexametasona 4 mg equivalente 4,37 mg fosfato dissódico dexametasona. Uso veterinário. Apresentação: Ampola com 1 mL</p>	ampola	12
Meloxicam 0,2% (2 mg/mL) injetável - frasco 20mL, uso veterinário	frascos	402
<p>Meloxicam em suspensão 0,1g; Veículo q.s.p. 100,0mL Uso veterinário.</p> <p>Apresentação: Frasco de 20ml</p>	frasco	12
Propofol 10mg/mL (1%) - ampola de 20ml, uso adulto e pediátrico.	ampola	2160
Sedativo: cloridrato Xilazina 2%, Uso veterinário - frasco com 10 ml	frasco	12
Solução fisiológica 0,9% – frasco 500ml (Sistema fechado), uso adulto e pediátrico.	frasco	60
Solução glicosada 25% , uso adulto e pediátrico - Ampola com 10ml	ampola	60
Soro fisiológico 0,9% – 500ml (sistema fechado), uso adulto e pediátrico	bolsa	654
Soro Ringer Lactato –bolsa 500ml (sistema fechado), uso adulto e pediátrico	bolsa	158
<p>Sulfato de atropina monoidratado 0,25mg/ml - ampola de 1 ml - uso intravenoso, intramuscular, subcutâneo, intraóssea e endotraqueal - Uso adulto e pediátrico.</p> <p>Apresentação: Ampola com 1 ml</p>	ampola	24
<p>Tônico. Cada 100 mL contém: Sulfato de Mefentermina 66,7 mg Vitamina B2 (Riboflavina) 14,0 mg Vitamina B6 (Piridoxina) 10,0 mg Vitamina B3 (Nicotinamida) 140,0 mg Glicerofosfato de Cálcio 500,0 mg Glicerofosfato de Sódio 1000,0 mg Glicerofosfato de Potássio 100,0 mg Glicerofosfato de Manganês 50,0 mg Vitamina B12 (Cianocobalamina) 480,0 µg Uso veterinário.</p> <p>Apresentação: Frasco com 10 ml</p>	frasco	24
Água oxigenada 10 volumes (3%) por litro	litro	1640
Agulha hipodérmica descartável (13x045mm) 26G, permite conexão com seringas de bico luer lock e luer slip	unidade	19600
Agulha hipodérmica descartável (25x070mm) 22G, permite conexão com seringas de bico luer lock e luer slip	unidade	9800
Agulha hipodérmica descartável (30x0,80mm) 21G 1/4, permite conexão com seringas de bico luer lock e luer slip	unidade	9800
Álcool etílico 70%, sem perfume - Litro	litro	1688
Avental Cirúrgico Descartável branco estéril em TNT 30grs, manga longa - Tamanho M	unidade	30120
Avental Emborrachado Impermeável Branco Pvc 66cm X 1mt	unidade	48
<p>Campo Operatório, compressa cirúrgica 100% algodão, 4 camadas, tamanho 25cm x 28cm.</p> <p>- Pacote com 05 unidades</p>	pacote	7448

Cateter intravenoso periférico 22 G sem dispositivo de segurança - Caixa com 100 unidades	caixa	98
Cateter intravenoso periférico 24 G sem dispositivo de segurança - Caixa com 100 unidades	caixa	110
Conector PRN, com membrana de heparina; luer lock	unidade	9800
Curativo cirúrgico filme transparente, 10 cm x 10 m	rolo	50
Equipo de infusão intravenosa macrogotas estéril - Caixa com 100 unidades	caixa	12
Escalpe para infusão intravenosa 25G sem dispositivo de segurança - Caixa com 100 unidades	caixa	12
Esparadrapo impermeável 10cm x 4,5m	rolo	1508
Fio cirúrgico de Nylon 0.0 monofilamentar não absorvível com agulha de 40mm, triangular cortante, curvatura 1/2 círculo.	unidade	11760
Fio cirúrgico de Nylon 1.0 monofilamentar não absorvível com agulha de 35mm, triangular cortante, curvatura 1/2 círculo.	unidade	3936
Fio cirúrgico de Nylon 2.0 monofilamentar não absorvível com agulha de 30mm, triangular cortante, curvatura 1/2 círculo.	unidade	10128
Fio cirúrgico de Nylon 3.0 monofilamentar não absorvível com agulha de 20mm, triangular cortante, curvatura 1/2 círculo.	unidade	9840
Fio cirúrgico de Nylon 4.0 monofilamentar não absorvível com agulha de 20mm, curvatura da agulha 3/8 de círculo, corpo triangular corte convencional, ponta cortante piramidal.	unidade	288
Gaze 7,5x7,5, 13 fios - NÃO ESTÉRIL Apresentação: Pacote com 500 unidades	pacote	60
Gaze 7,5 x 7,5 – 13cm x 24cm, 13 fios - ESTÉRIL - pacote com 10 unidades	pacote	4552
Lâmina de bisturi aço carbono nº 23 - caixa com 100 unidades	caixa	12
Lâmina de bisturi aço carbono nº 24 - caixa com 100 unidades	caixa	112
Luva cirúrgica tamanho 6 estéril - caixa com 50 pares	caixa	24
Luva cirúrgica tamanho 6,5 estéril - caixa com 50 pares	caixa	24
Luva cirúrgica tamanho 7 estéril - caixa com 50 pares	caixa	24
Luva cirúrgica tamanho 7,5 estéril - caixa com 50 pares	caixa	220
Luva cirúrgica tamanho 8 estéril - caixa com 50 pares	caixa	220
Luva de procedimento “G”, látex, com pó -caixa com 100 unidades	caixa	24
Luva de procedimento “M”, látex, com pó -caixa com 100 unidades	caixa	416
Luva de procedimento “P”, látex, com pó -caixa com 100 unidades	caixa	416
Luva nitrílica “P”, sem pó -caixa com 100 unidades	caixa	196

Luva plástica descartável de polietileno multi-uso, incolor - Tam. único - pacote com 100 unidades	pacote	12
Máscara descartável branca, com elástico, tamanho único, camada tripla, com clipe nasal - caixa com 50 unidades	caixa	1224
Microchip veterinário, diâmetro: 2.12 mm, Comprimento: 12.0 mm com o aplicador descartável e agulha. Deve possuir registro na ANVISA e ser compatível com leitores universais no mercado. Validade: prazo mínimo de 12 meses na data da entrega.	unidade	9800
Pano de Campo Cirúrgico 100cmx100cm 40G sem fenestra, ESTÉRIL	unidade	9920
Papel toalha interfolhas, 2 dobras, 20cm x 20cm - pacote com 1000 folhas	pacote	226
Polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) -10% de iodopolvidona (equivale a 1% de iodo ativo) - frasco de 1 litro	litro	12
Protetor solar FPS 70 – 200ml	frasco	48
Repelente De Insetos Loção 15% Deet -Frasco de 100 ml	frasco	48
Rolo de algodão hidrófilo 100% algodão – 500g	pacote	12
Sapatilha propé descartável - pacote com 100 unidades	pacote	72
Seringa agulhada 1 ml (Agulha removível - 26 G - Bico Slip)	unidade	3000
Seringa agulhada 10 ml (Agulha removível - 22G - Bico Slip)	unidade	3000
Seringa agulhada 3 ml (Agulha removível - 22G - Bico Slip)	unidade	3000
Seringa agulhada 5 ml (Agulha removível - 22G - Bico Slip)	unidade	3000
Seringa descartável 1 ml (sem agulha, bico luer lock)	unidade	66800
Seringa descartável 3 ml (sem agulha, bico luer lock)	unidade	22000
Seringa descartável 5 ml (sem agulha, bico luer lock)	unidade	15800
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 2,0 mm	unidade	300
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 3,0 mm	unidade	5000
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 3,5 mm	unidade	300
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 4,0 mm	unidade	300
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 5,0 mm	unidade	200
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 5,5 mm	unidade	1570
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 6,0 mm	unidade	200
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 6,5 mm	unidade	1570
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 7,0 mm	unidade	200
Sonda endotraqueal com balão (cuff) tamanho 8,0 mm	unidade	200
Tapete higiênico (80x60) -pacote com 50 unidades	pacote	404
Touca descartável sanfonada -pacote com 100 unidades	pacote	600

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Os custos estimados com a referida aquisição encontram-se disponibilizados no Mapa de Precificação atualizado, que resultou no valor de **R\$ 1.054.742,42 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos)**.

7.2. Registra-se que a atualização do valor estimado não decorreu de alteração do objeto, especificações técnicas, quantitativos, ampliação da demanda ou modificação das fontes de pesquisa de preços utilizadas, tendo resultado exclusivamente da correção de equívoco identificado na fórmula estatística de cálculo do desvio padrão constante do mapa de preços, cujo ajuste impactou a composição final dos valores estimados.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Via de regra, as contratações da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021, por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

8.2. O dispositivo transcrito acima ratifica o entendimento do Tribunal de Contas da União na Súmula 247, vejamos:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

8.3. No presente caso, após reavaliação técnica do objeto, verificou-se que a adjudicação exclusivamente por item, embora regra, não representa a solução mais eficiente diante da elevada quantidade de itens e da existência de grupos de produtos com afinidade técnica, funcional e mercadológica.

8.4. Assim, optou-se pelo agrupamento do objeto em **lotes homogêneos e itens avulsos**, reunindo itens de mesma natureza, segmento fornecedor ou utilização correlata, tais como medicamentos humanos, medicamentos veterinários, materiais médico-hospitalares, EPIs, materiais cirúrgicos, produtos de higiene e itens especializados.

8.5. O detalhamento da composição dos lotes, com a indicação individualizada dos itens que os integram, e itens avulsos constará do Termo de Referência, documento em que serão estabelecidas as especificações técnicas, quantitativos, regras de adjudicação e demais condições da contratação.

8.6. A adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por lote e por item** mostra-se mais vantajosa à Administração, pois proporciona:

- a) ampliação da competitividade entre fornecedores especializados;
- b) racionalização logística nas entregas;

- c) redução de custos administrativos na gestão contratual;
- d) maior padronização dos produtos adquiridos;
- e) ganho de escala comercial;
- f) maior eficiência na fiscalização e execução contratual.

8.7. Ressalta-se que a não adoção integral da adjudicação por itens, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visando, tão somente, assegurar a gestão eficiente da contratação e garantir o adequado atendimento das necessidades da Administração Pública.

8.8. Com amparo ao princípio da compatibilidade técnica os lotes foram formulados observando e respeitando a natureza e objeto, assim como, o agrupamento dos itens considera-se mais atraente e compensatório em aspectos logísticos ao fornecedor gerando assim mais eficiência na gestão contratual.

8.9. É cediço que os fabricantes deste mercado tendem a dedicar-se a produção de toda e determinada linha/natureza. Portanto, pese o entendimento que ao agregar os recursos na mesma linha e natureza dentro dos lotes é possível conseguir maiores vantagens aos preços em comparação com a compra segmentada, haja vista que haverá um montante maior de produtos a serem adquiridos dos mesmos fabricantes ou fornecedores; enquadrando-se portanto, ao princípio da razoabilidade e da economicidade para a administração pública.

8.10. Considerando-se, portanto, a estrita relação que os itens guardam entre si, o agrupamento da solução mostra-se como medida que não implica na criação de condições que concedam preferências ou que frustre o caráter competitivo e isonômico da contratação, visto que o potencial prejuízo provocado pelo parcelamento do objeto comprometeria a viabilidade técnica, a padronização e a economicidade da presente contratação, visto que a contratação em grupos constitui medida necessária, por configurar-se sistema integrado, havendo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido caso seja aplicada a regra do parcelamento.

8.11. Cabe por fim a ressalva que inexistente ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si. Assim entende-se que é mais vantajoso dessa escolha, que atenderia todos os adendos do déficit os insumos e reduz a probabilidade do constante fracasso e deserto dos certames.

8.12. Dessa forma, conclui-se que, para a presente contratação, o **parcelamento por lotes e por itens avulsos** representa a solução técnica e economicamente mais adequada, compatível com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, tampouco há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

10.1. O objeto da contratação encontra-se alinhado ao planejamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/PI, estando prevista no respectivo orçamento do exercício correspondente.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 11.1. Garantir a execução segura, contínua e eficaz das ações de controle populacional ético, atendimento clínico e proteção da fauna desenvolvidas pela SEMARH/PI.
- 11.2. Assegurar a disponibilidade de medicamentos e insumos indispensáveis à realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos, reduzindo riscos operacionais e complicações.
- 11.3. Promover a saúde e o bem-estar dos animais domésticos e silvestres atendidos, assegurando tratamentos adequados e recuperação eficiente.
- 11.4. Garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelos Castramóveis e pelo CETAS, evitando interrupções nos serviços prestados.
- 11.5. Contribuir para a redução de riscos sanitários, controle de zoonoses e proteção da saúde pública.
- 11.6. Assegurar a qualidade, procedência e conformidade dos produtos adquiridos, em observância às normas sanitárias vigentes.
- 11.7. Prevenir prejuízos financeiros e operacionais decorrentes da falta de insumos, evitando retrabalho e custos adicionais.
- 11.8. Promover a economicidade e o uso eficiente dos recursos públicos, por meio de planejamento adequado e contratação vantajosa.
- 11.9. Assegurar transparência, legalidade e eficiência na contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 12.1. Para a celebração da contratação, não se identificam providências prévias adicionais relevantes por parte da Administração.
- 12.2. A estrutura administrativa e operacional necessária ao recebimento, armazenamento e utilização dos medicamentos e insumos já se encontra instalada e em funcionamento, tanto nos Castramóveis quanto no Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS.
- 12.3. Assim, não há necessidade de adequações estruturais, capacitações específicas adicionais ou outras medidas preparatórias para viabilizar a execução contratual, estando a Administração apta a proceder à formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

- 13.1. Com relação aos medicamentos e insumos veterinários previstos neste Estudo Técnico Preliminar, o principal risco ambiental está associado ao descarte inadequado de resíduos químicos, especialmente medicamentos vencidos, contaminados ou em desuso, os quais podem causar contaminação do solo, do lençol freático e dos corpos hídricos, além de riscos à saúde pública.
- 13.2. Outro impacto relevante refere-se ao descarte incorreto de materiais e embalagens, incluindo resíduos perfurocortantes e embalagens de produtos hospitalares, que podem gerar riscos ambientais e sanitários quando não manejados adequadamente.
- 13.3. Adicionalmente, a fabricação e o transporte desses insumos podem gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos naturais, emissão de gases de

efeito estufa e geração de resíduos industriais.

13.4. Nos termos da RDC nº 222/2018 da ANVISA, os serviços geradores são responsáveis pela elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, devendo assegurar o manejo adequado dos resíduos desde a geração até a destinação final, em conformidade com a legislação ambiental vigente, incluindo a Resolução CONAMA nº 283/2001.

13.5. Dessa forma, deverão ser adotadas medidas mitigadoras, tais como:

- descarte adequado de resíduos químicos e materiais contaminados, conforme normas sanitárias e ambientais;
- adoção de práticas de segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequados;
- utilização de embalagens seguras, com preferência por materiais recicláveis e redução de volume;
- incentivo à logística reversa, quando aplicável;
- observância às boas práticas de fabricação e distribuição, com redução de impactos ambientais no processo produtivo e logístico.

13.5.1. Considerando que a contratação observará critérios técnicos, sanitários e ambientais aplicáveis, conclui-se que os impactos ambientais serão devidamente mitigados, sendo a aquisição essencial para a execução das políticas públicas, gerando benefícios ambientais indiretos relacionados à saúde pública, ao controle populacional ético e à proteção da fauna.

13.5.2. A presente contratação está alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a compatibilidade entre a eficiência administrativa, a responsabilidade socioambiental e a adequada prestação dos serviços públicos.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declara-se viável a contratação pretendida, sob os aspectos técnico, administrativo e de mercado para atendimento da demanda da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMARH-PI, respeitando os princípios da economicidade e eficiência da Administração Pública.

14.2. A fiscalização do novo contrato deverá ser efetuada por Fiscal de Contrato a ser designado, o qual deverá possuir experiência necessária para a gestão e acompanhamento de contratos do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

(assinado e datado eletronicamente)

Danielle Melo Vieira

Gerente de Fauna e Proteção Animal
SEMARH-PI



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE MELO VIEIRA - Matr.0194512-2, Gerente**, em 06/05/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023838196** e o código CRC **72C47C68**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº
00130.000157/2026-05

SEI nº 0023838196